

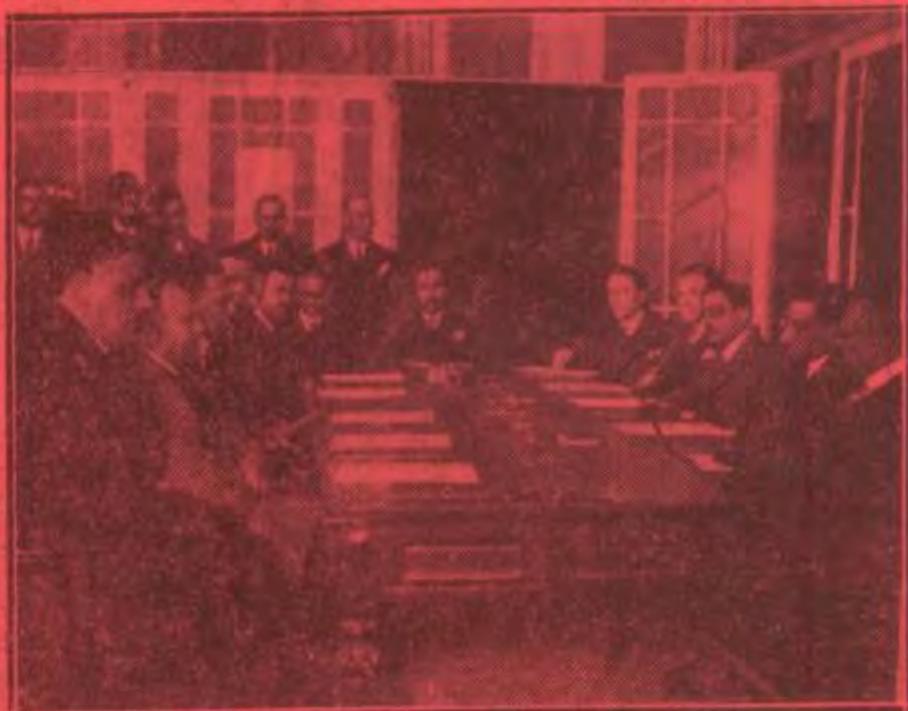
Augusto José dos Santos Fitas (2012). A «**JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL**» e a instalação da investigação científica em Portugal no período entre guerras. In Augusto José dos Santos Fitas, João Príncipe, Maria de Fátima Nunes, Martha Cecília Bustamante (ed.). *A actividade da Junta de Educação Nacional*. Lisboa: Caleidoscópio, 13-36.

Abstract

What it will be studied in this paper corresponds to an historical overview on the genesis of the installation of scientific research in Portugal during the period between the two world wars. The creation of a National Board of Education — the JEN (Junta Nacional de Educação) — explains the political effort to organize modern scientific research in the country, specially the grant service abroad and the support of scientific institutions (laboratories) in Portuguese Universities. We present the various attempts to achieve a political scientific coordinating board in Portugal during the Republic. We try to summarize the main results achieved by JEN in the thirties, specially the number of grants abroad.

Key words: Junta de Educação Nacional, scientific research in Portugal, scientific grant holders

A JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL INICIOU, ONTEM, OS SEUS TRABALHOS, TENDO-LHE DADO POSSE O SR. MINISTRO DA INSTRUÇÃO



A posse da Junta de Educação Nacional

Realizou-se, ontem, na sala do Conselho Superior de Instrução Pública, o acto de posse da Junta de Educação Nacional, recentemente criada, nos si-
ntereses que sempre puzo deste organo-
mo confidenciaram-me os todos.

que vai correndo, a Junta tem a ser o
mais forte sindicato do trabalho intelec-
tual.

Tem o cuidado de fazer representar
aqui, em atenção aos supremos interes-
ses nacionais, a sciencia pura e a sciencia

A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras

AUGUSTO JOSÉ DOS SANTOS FITAS · JOÃO PRÍNCIPE

MARIA DE FÁTIMA NUNES · MARTHA CECÍLIA BUSTAMANTE (EDS.)



TÍTULO: A Junta de Educação Nacional e a investigação científica em Portugal no período entre guerras
 EDITORES: Augusto José dos Santos Fitas, João Príncipe, Maria de Fátima Nunes, Martha Cecília Bustamante
 IMAGEM DA CAPA: Retirada da edição de 24 de Fevereiro de 1929 do jornal *O Século*, gentilmente cedida pela Biblioteca Pública de Évora

DESIGN: Ana Sarmento

PAGINAÇÃO: Nuno Pacheco Silva

DATA DE EDIÇÃO: Novembro 2013

ISBN: 978-989-658-209-8

DEPÓSITO LEGAL: 366460/13

EDIÇÃO:



Caleidoscópico Edição e Artes Gráficas, SA

Rua de Estrasburgo, 26 – r/c dto.

2605-756 Casal de Cambra · Portugal

Tel.: (351) 21 981 79 60 · Fax: (351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt

APOIO:

Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Este livro apresenta os resultados do colóquio *A Junta de Educação Nacional e a investigação científica em Portugal no período entre guerras*, realizado nos dias 25 e 26 de Maio de 2012 na Universidade de Évora.

AUGUSTO JOSÉ DOS SANTOS FITAS*

**A «JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL» E O
LANÇAMENTO DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE UM
PLANO PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO PAÍS****
**THE “JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL” AND THE FIRST
ATTEMPT TO IMPLEMENT A SCIENTIFIC RESEARCH
PLANNING IN THE COUNTRY**

Abstract: JEN's direction boards started to function on February 1929 and these committees needed to have a discussion about how to implement an intervention plan that would allow to achieve the JEN's main goals on supporting scientific research. This communication intends to present the guidelines of these plans, the circumstances in which they were developed and the results achieved. In particular it is exposed the effect of this first planification which was implemented by the Executive Committee of JEN in a way of providing grants for students to continue their advanced studies (scientific specialization or PhD degree) both at home and abroad. This study is limited to the period between 1929 and 1936.

Keywords: «Junta de Educação Nacional»; scientific grants abroad; scientific grants in the country; scientific research; Portugal in the thirties.

Palavras chave: Junta de Educação Nacional; bolsas para o estrangeiro; bolsas nacionais; investigação científica; Portugal na década de trinta.

* Professor da Universidade de Évora, investigador do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi); e-mail: afitas@uevora.pt.

** This work is financed by funds FEDER through the Operational Competitiveness Factors Program (COMPETE) and national funds through FCT (Foundation for Science and Technology) by the project HC/0077/2009.

Na primeira página de O SÉCULO, (o diário português de maior tiragem), do dia 24 de Fevereiro de 1929, era dada a notícia, encimada por uma fotografia do acto de posse dos membros da Junta, que abria com o parágrafo seguinte:

«Realizou-se, ontem, na sala do Conselho Superior de instrução Pública, o acto de posse da Junta de Educação Nacional, recentemente criada. Dos 21 professores que fazem parte deste organismo compareceram quase todos».

Neste «quase todos» fazia-se notar a falta de Mira Fernandes, sobretudo pelo sua projecção científica pública (já era um membro da Academia das Ciências de Lisboa, talvez, nessa altura, o matemático português mais prestigiado internacionalmente depois de Gomes Teixeira). De acordo com o decreto nº 16381, publicado a 16 de janeiro de 1929, a composição da Junta de Educação Nacional é mencionada no seu segundo artigo, do qual consta:

«(...) A Junta compor-se-á de vinte e um vogais, um primeiro secretario e um segundo secretário, sendo quinze desses vogais escolhidos entre os professores e assistentes das três Universidades da República, cinco por cada Universidade, e os restantes entre professores extra universitários, membros de corporações científicas, ou publicistas notáveis, constituindo os vogais de Coimbra e Porto delegações da Junta nestas cidades respetivamente, devendo também o Escola Superior Colonial ter representação na Junta (...) Este número poderá ser elevado até vinte e cinco quando as necessidades da Junta o determinem e o Governo o autorize (...)»¹.

A direção efetiva da Junta era garantida por uma Comissão Executiva que, de acordo com o mesmo decreto, no artigo 4º, estipulava a sua constituição:

«(...) Uma comissão executiva, composta do presidente, dos dois vice-presidentes, dos dois presidentes respetivamente das delegações de Coimbra e do Porto, e dos dois secretários (...)»².

¹ (JUNTA, 1929: 19)

² *Ibid.*

Tabela I

Assembleia Geral	Subst. (13/4/1929)	UC	UL	UP	Outros	Comissão Executiva
Fernando Pimentel de Almeida		FL				
José Beleza dos Santos		FD				Presidente da secção de Coimbra
Luis Cabral de O. Moncada		FD				
Maximino de Moraes Correia		FM				
Luis Wittnich Carrisso		FC				
João A. de Matos Romão			FL			
Manuel Paulo Mereia			FD			
Augusto P. Celestino da Costa			FM			Vice-Presidente (ramo de ciências)
Marck Athias			FM			
Antônio A. P. Forjaz Pimentel			FC			
Joaquim Alberto Pires de Lima				FC		Presidente da secção do Porto
Anlónio A. Mendes Correia				FC		
Alexandre A. de Sousa Pinto	Hernaní Bastos Monteiro			FC/ FM		
Rodrigo Sarmento de Beires	Gonçalo A. da Silva Sampaio			FC		
Manuel Augusto Pinto				FF		
Agostinho C. Azevedo Campos					DG	Vice-Presidente (ramo de letras)
Aureliano L. Mira Fernandes	Rui Ferro Mayer				IST/ ISA	
Carlos V. de Gago Coutinho					Acad. Ciências	Presidente
Joaquim Bensaúde					publicista	
José Pequito Rebelo					publicista	
Lopo Vaz de Sampaio e Melo					Esc. Sup. Colonial	
Luis Robertes Simões Raposo					FMUL	1º secretário
Manuel Maria Múrias Júnior					publicista	2º secretário

A seu pedido outros vogais da JEN, tal como Mira Fernandes, vão ser substituídos, de tal modo que a composição dos órgãos da JEN (Assembleia Geral e Comissão Executiva) é, a partir de Abril de 1929, a que se representa no Tabela I (futuramente sofrerá alterações na sua composição). O legislador, no preâmbulo do decreto criador deste organismo, não se coíbe a explicitamente chamar a atenção que «para garantir a regularidade do seu funcionamento» seria «conveniente que a maioria dos seus membros tenha residência em Lisboa», o que é comprovado pela análise do Tabela I.

E «aos vinte e três dias de Fevereiro de mil novecentos e vinte e nove, pelas vinte e uma horas, reuniu-se, no edifício do Ministério da Instrução Público, pela primeira vez, a Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional (...)»³, estando presente todos os seus membros, exceto, por motivos de saúde, o seu presidente (o almirante Gago Coutinho). A única decisão tomada nesta primeira reunião diz respeito à elaboração de «o projeto de regulamento da Junta», execução da qual foi encarregue Celestino da Costa e Simões Raposo e cujo resultado será apresentado na reunião seguinte, a vinte de Abril. Vai ser a Assembleia Geral da Junta (AG) reunida, a vinte e sete do mesmo mês, que aprovará esse regulamento e onde o 1º secretário oportunamente terá colocado à apreciação dos presentes a moção:

«A junta de Educação nacional, considerando que a especialização dos bolseiros fora do país só pode resultar verdadeiramente profícua para a nação se a sua preparação obedecer a um plano previamente lançado, segundo o qual eles vão habilitar-se para exercer funções a desempenhar em centros de estudo, de trabalho ou de ensino, já organizados ou a organizar, que de antemão se escolham e preparem;
considerando mais que a preparação antecipada da sua ação exige a certeza de que pode dispor de certas dotações em anos económicos futuros;
considerando finalmente, que esta certeza só pode ser obtida se á Junta for dada uma situação jurídica mais estável e um capital mínimo fixo;
resolve chamar a atenção do Exmo. Ministro da Instrução Pública para o assunto, certa de que o Governo procurará a primeira oportunidade para colocar a Junta de Educação Nacional em condições de verdadeira eficiência»⁴.

³ Arquivo do Instituto Camões (AIC): Livro de Atas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional (AIC-LA)

⁴ (AIC-LA).

Uma moção que foi aprovada por toda a assembleia, mas cujas consequências pouco ou nada se farão sentir....

As primeiras medidas da Comissão Executiva

A Comissão Executiva (CE) é efetivamente a direção da JEN (o Tabela II é elucidativo a este respeito) e vai ser ela, sob a direção do seu presidente (ou substituto) e também do 1º secretário, que vai encarregar-se de elaborar os planos de execução que pretendiam pôr em prática o objetivo para o qual fora pensado este organismo e plasmado no seu decreto fundacional. Entre a sua primeira reunião de 23 de fevereiro de 1929 e a última (prestação de contas quando da sua transformação em IAC) em 28 de julho de 1936, a Comissão Executiva realizou 92 reuniões de trabalho distribuídas anualmente de acordo com o que se expõe no Tabela II. Neste mesmo quadro, e na terceira coluna, apresentam-se o número de Assembleias Gerais da JEN, o seu órgão deliberativo, ocorridas em cada ano e no mesmo intervalo de tempo.

Tabela II		
ANO	Nº reuniões da CE	Nº reuniões da AG
1929	9	3
1930	21	2
1931	16	2
1932	8	2
1933	6	2
1934	15	4
1935	12	2
1936	5	1

Ao longo do seu primeiro ano de atividade (1929) a direção da JEN preocupou-se sobretudo com a gestão corrente e imediata da instituição, o que a obrigou, nos primeiros meses e à luz do seu regulamento, a praticamente só distribuir os subsídios pedidos por vários laboratórios e institutos; algumas missões ao estrangeiro foram também contempladas. Logo no princípio da atividade da Junta, pelo que se acabou de expor, houve a clara percepção que a procura do apoio financeiro da JEN por parte, quer de diferentes instituições (técnicos de diversos ministérios) quer de

candidatos que individualmente se propunham para estágios variados, era o que animava, em grande medida, as solicitações feitas a este organismo recém criado. Tais pedidos constituíam a motivação principal das discussões e deliberações da sua Comissão Executiva, cumprindo parte dos objetivos principais da Junta que estavam preceituados no artigo primeiro do seu decreto fundacional:

«Fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação científica (...) Organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo em Portugal e no estrangeiro (...) Promover a colocação dos antigos bolseiros»⁵.

Assim, e para evitar uma distribuição de fundos (institucionais e individuais) relativamente casuística, e sem a garantia de continuidade no tempo, era vital o lançamento de um plano que suportasse um corpo de bolseiros em atividade no estrangeiro. Foi a consciência desta necessidade que levou Simões Raposo, logo na primeira reunião de trabalho da Assembleia Geral da Junta, se tenha apressado a apresentar a moção com o teor atrás citado. O seu conteúdo pretendia preparar o caminho para um maior empenho governativo no orçamento da JEN e, sobretudo, garantir a continuidade financeira necessária para alguma planificação na atribuição de bolsas. O governo ignorou a intenção e as dificuldades orçamentais não-de ser constantes ao longo de todo o curto período de vida da JEN.

Percebe-se, pela análise das atas das suas reuniões, que a Comissão Executiva vai ser obrigada a correr um pouco atrás dos acontecimentos, não possuindo, à partida, quaisquer medidas orientadoras que lhe permitissem estabelecer uma intervenção ordenada e direcionada para um plano de ação sobre a atividade científica existente, ou a instalar futuramente, no país. Esta Comissão solicitada mensalmente sobretudo para a distribuição de subsídios, padecia, de facto, da ausência de uma discussão prévia sobre a estratégia a adotar; do Governo ou entidade que tutelava a JEN também não emanara nenhum documento orientador para a ação prática da Junta. Na sua sessão de 26 de Junho (quarta reunião ordinária), como já se deu conhecimento em outros trabalhos⁶, diversas instituições ligadas às três universidades nacionais, nos domínios da Medicina, Botânica, Geofísica e Antropologia, foram contemplados com apoios financeiros, sem que previamente tivesse havido qualquer discussão clarificadora sobre os critérios de distribuição das verbas (montantes e instituições

⁵ (JUNTA, 1929:18)

⁶ (FITAS, 2012)

contempladas). Como os organismos que se candidatavam pareciam ser aqueles onde a prática científica talvez fosse a mais ativa, eram eles que recebiam os subsídios. Três meses depois, na sua sessão de 30 de Setembro, a Comissão Executiva, já estava a conceder dezanove bolsas individuais para estágios no estrangeiro e também recusava os pedidos de seis bolseiros por «insuficiência orçamental». Nas reuniões seguintes, novamente os pedidos de bolsas para o estrangeiro, e outros aspetos diversos quanto às decisões regulamentares sobre esta matéria, monopolizavam a atenção da Comissão.

Analise-se um pouco mais em pormenor as exigências colocadas à Comissão Executiva e como esta lhes vai responder. Na última reunião do ano de 1929, o presidente em exercício da JEN, Agostinho de Campos, secundado pelos esforços do primeiro secretário, abre a reunião com duas propostas

«(...) a necessidade urgente vice-presidente da secção de ciências vá a Coimbra e ao Porto, pôr-se em contacto com os centros de estudo que a Junta de Educação nacional subsidia (...) que o 1º secretário estude em Madrid a organização dos serviços de secretaria informação internacional e outros que interessam ao bom funcionamento da JEN e que a *Junta de Ampliacion de Estudios*, com sede na capital espanhola, tem desde bastante anos uma atividade eficaz (...)»⁷.

É a premência do conhecimento urgente de duas realidades: primeira, o tecido científico existente no país; segunda, a organização da JEN para uma ação futura tendo em conta um modelo já com provas dadas. É a Comissão Executiva a tentar colocar um pouco de ordem e racionalidade nos trabalhos futuros. Na mesma reunião, após uma exposição clara e desenvolvida sobre a urgência de abordar, em termos de investigação técnico-científica, as potencialidades produtivas dos territórios coloniais, Agostinho de Campos apresentou três propostas sobre intervenção da JEN na política de fomento colonial.

Na linha do que acabara de ser proposto e decidido, Simões Raposo alvitrou «que a Junta rogasse ao Professor Alfredo Bensaúde que aceitasse o encargo de organizar o programa de bolsas para estudos técnicos de engenharia fora do país (...)»⁸; não se encontrou rasto de um possível relatório deste professor e, pela prática da Junta, constata-se que a área das engenharias industriais (ensinos do Instituto

⁷ (AIC-LA: reunião de 19 de dezembro de 1929).

⁸ *Ibid.*

Superior Técnico e Faculdade de Engenharia do Porto) ficaram um pouco à margem dos apoios distribuídos por este organismo.

Dos resultados das decisões aprovadas nesta reunião podem extrair-se algumas consequências para a planificação da atividade da JEN⁹.

O Professor Augusto Celestino da Costa visitou de 13 a 17 de janeiro as instituições científicas de Coimbra e Porto, posteriormente as de Lisboa e, com data de 30 de março de 1930, apresentou o seu relatório circunstanciado que finalizava com um capítulo de «conclusões e propostas» e cujo texto final, após discussão na Comissão Executiva, foi aprovado na Assembleia Geral da JEN. A análise feita pelo vice-presidente da secção de ciências termina com onze propostas, às quais se juntaram mais três da autoria de Beleza dos Santos, das quais aqui se destacam as seguintes:

«I (...) Os membros do pessoal docente e técnico dos estabelecimentos de ensino superior que à investigação e ensino consagram toda a sua atividade tem direito a remuneração especial (...)

II (...) a Junta continuará concedendo bolsas de estudos temporários dentro do país a investigadores que delas careçam para os seus estudos (...)

III A Junta entender-se-á com os institutos científicos nacionais para indagar das suas necessidades de pessoal, tomando na devida conta essas informações quando fizer a escolha das bolsas a conceder, de forma que se preencham, tanto quanto possível, as lacunas que entre nós existem em matéria científica (...)

A Junta esforçar-se-á por que os futuros professores façam estágios prolongados fora do país nas especialidades a que se dedicam (...)

VIII (...) os esforços da Junta em matéria científica serão desde já consagrados, em grande parte, à Física, à Química e à Química-física (...) evitar duplicações e procurar concentrar as possibilidades de especialização dos três centros universitários do país [em cada uma destas áreas](...)

IX (...) no que respeita especialmente às Ciências Naturais instar pela organização dos Museus, que devem tornar-se independentes, quanto possível, do ensino universitário (...) pedir ao Governo que os vencimentos dos naturalistas e mais pessoal técnico sejam atualizados e os Museus e laboratórios científicos dotados com o pessoal indispensável

X (...) No que respeita às outras ciências e, particularmente, às que são cultivadas nas Faculdades de Medicina, de Farmácia e outras Escolas Superiores, o papel da

⁹ (JUNTA, 1930a)

Junta será idêntico ao que se propõe para as ciências físico-químicas e naturais (...)
[a Junta] procurará auxiliar mais ativamente aqueles laboratórios que, dando já garantias de produtividade, bem demonstrada pelos trabalhos já feitos, mais necessitados se encontrem (...)

XII (...) A Junta representara ao Governo para que (...) se remodelem os quadros e se remunere o pessoal docente nos diferentes estabelecimentos de ensino superior por forma a evitar-se, quanto possível, as acumulações de regência de cadeiras e cursos, em geral prejudiciais não só ao próprio ensino (...) mas à investigação científica que (...) é posta de lado ou gravemente prejudicada»¹⁰.

O primeiro e último pontos da proposta aqui citados podem corresponder, no que diz respeito à carreira docente universitária, a um programa de incentivo ao professor em «tempo integral e com dedicação exclusiva» («*full-time-system* das universidades americanas»¹¹), tema muito caro a Celestino da Costa, e também de apoio ao estatuto de investigador (através de bolsas dentro do país). Entendida esta última situação como uma libertação do professor da acumulação de «regências», e conseqüente vencimento superior, em prol de mais tempo para a investigação também com um complemento salarial compensatório. Sustenta-se também que as decisões sobre a «escolha das bolsas a conceder» deverá tem em conta as necessidades expressas pelos próprios «institutos científicos nacionais». Defende-se ainda que os estágios no estrangeiro sejam prolongados para que daí resulte uma aprendizagem efetiva; não se sublinham domínios prioritários nas Faculdades Clássicas da Universidade portuguesa, mas procura-se acorrer à natureza própria dessas áreas (a criação de laboratórios específicos nas Ciências Físico-Químicas, uma intervenção particular nos museus de História Natural na área das Ciências Naturais, são alguns exemplos a destacar).

As áreas de conhecimento da engenharia não são alvo de nenhuma particularidade; no relatório de Celestino da Costa, o Instituto Superior Técnico é mencionado unicamente quando há referências à Física ou à Química e nunca em aspetos característicos dos seus domínios técnico-científicos:

«(...) No Instituto Superior Técnico e na Faculdade de Farmácia, a Química é principalmente objeto de ensino, ou utilizada para objetivos de ordem prática, como

¹⁰ (JUNTA, 1930a: 39-43)

¹¹ (*ibid.*: 37)

análises de vária ordem (...) as preocupações utilitárias têm dominado os nossos laboratórios. As necessidades do meio, em matéria científica, são já bastante grandes. Águas minerais, produtos agrícolas, substâncias alimentares, etc., requerem análises, como o requerem o exame médico e a perícia toxicológica e para tudo isto se recorre com frequência aos peritos. Estes são pouco numerosos e quase todos membros de corpos docentes das grandes Escolas. São assim solicitados os laboratórios para o serviço direto da economia nacional e falta a possibilidade de estudos científicos desinteressados, isto é, sem utilização prática imediata. Resulta desta falta de investigação que escasseiam os químicos e físicos, tão necessários nas Faculdades de Ciências como nas cadeiras de Química das outras Escolas Superiores, e por isso se recorre tanto aos estrangeiros, neste capítulo. Faltam os químicos que empreguem métodos de investigação na indústria química. Esta indústria, balbuciante entre nós, exige investigadores em grande número; sem eles é impossível (...)»¹².

Reconhece-se a necessidade de incrementar a investigação fundamental nas escolas de engenharia e noutras, contudo a tentativa de integrar a engenharia industrial nos planos de ação da JEN ficou ao nível das intenções (o pedido de um plano de Bolsas ao homem que fora o primeiro diretor do IST...). Não se conhece qualquer proposta deste plano de bolsas para as Escolas de engenharia industrial, mas conhece-se um relatório apresentado por Rui Mayer, membro do Assembleia Geral da JEN e professor do Instituto Superior de Agronomia, onde apresentou, a pedido de 1º secretário da Junta (a ata da Comissão Executiva é omissa sobre este pedido), um programa de bolsas para estudos técnicos de engenharia agrónómica, apontando as especialidades que «devem merecer preferência»: Agrologia/ Pedologia, Geobotânica, Química, Microbiologia, Culturas, Engenharia Agrícola, Zootecnia, Trematologia, Patologia Vegetal e Silvicultura¹³.

É redutor considerar que Celestino da Costa desse um apoio particular aos estudos em Física e Química. O ênfase nesta área deve ser entendido como a assunção das ciências fundamentais, enquanto áreas prioritárias, e, ao mesmo tempo, como áreas onde se deveria intensificar a investigação, e a formação de investigadores, na presunção que o seu fortalecimento potenciaria, em grande medida, o desenvolvimento das ciências aplicadas.

¹² (*ibid.*: 16)

¹³ (*ibid.*: 104-109)

Simões Raposo, tal como fora definido, deslocou-se a Madrid e apresentou um relatório bastante detalhado da sua visita que será aprovado pela Assembleia Geral da JEN a 30 de março, finalizando-o também com um conjunto de conclusões e propostas. Da sua visita à Junta espanhola, ao longo do relatório apresentado, extrai algumas consequências para a política da JEN, a título de exemplo,

«(...) A tendência dominante da Junta [espanhola] é a de separar das escolas, cada vez mais, os seus laboratórios e centros de estudo (...) [depois de argumentação] entre nós, no momento atual, seria de muito más consequências para o ensino (...)»¹⁴.

Quanto às conclusões de Simões Raposo deve destacar-se o destaque dado à intervenção pedagógica que, na esteira do ideário republicano, propunha:

«IV – (...) que a Junta de Educação Nacional estude a organização de excursões, fora do país, de pequenos grupos de professores de ensino primário (...)

V – (...) que a Junta de Educação Nacional estude as condições em que pode fundar escolas de ensaio pedagógico (...)

XI – (...) que a Junta de Educação Nacional estude a possibilidade da organização de cursos de especialização para professores primários, relacionada com as necessidades das diversas regiões do país, e procure alcançar do Governo vantagens para os respetivos diplomados (...)»¹⁵.

Como se verá adiante, as ideias centrais defendidas nestes três relatórios vão ter influência efetiva na prática de atribuição de bolsas. As propostas de Celestino da Costa e de Rui Mayer vão contribuir de uma forma decisiva para pautar a ação da JEN, nas suas diferentes alíneas, no que diz respeito aos apoios financeiros prestados à instalação da investigação científica no país. A análise dos relatórios anuais produzidos pela JEN¹⁶, permitirão perceber como se materializaram, no conjunto da atribuição de bolsas, algumas das propostas avançadas por Celestino da Costa, Simões Raposo, Rui Mayer e que, tal como exigiam os estatutos da JEN, foram aprovadas pela sua Assembleia Geral.

¹⁴ (*ibid.*: 77)

¹⁵ (*ibid.*: 97)

¹⁶ (INSTITUTO, 1936), (JUNTA, 1930), (JUNTA, 1932), (JUNTA, 1933), (JUNTA, 1934), (JUNTA, 1935), (JUNTA, 1938).

As bolsas de estudo no estrangeiro

As dotações orçamentais estavam longe de satisfazer as necessidades. O vice-presidente para a classe de ciências, Celestino da Costa, declarava em 1934, que

«O número de bolseiros é pequeno para o que devia ser (51 na totalidade até hoje [...]). Ultimamente quase não se têm concedido bolsas novas (...)»¹⁷.

Podendo destas palavras concluir-se que, em grande parte, as bolsas pedidas para o estrangeiro era de longa duração, isto é, estavam sujeitas a mais do que uma renovação em pedidos consecutivos. E é sobre este aspeto que, baseados nos relatórios anuais da JEN, se compulsaram os dados entre 1929 e 1936¹⁸ no sentido de analisar um pouco mais em detalhe a natureza das prorrogações concedidas. No sentido de estudar a distribuição dos bolseiros por diferentes áreas do conhecimento, e porque a informação estudada não está completa, optou-se, ao contrário do que se fez em outros trabalhos por fazer coincidir os grandes domínios do conhecimento com a faculdade ou escola superior donde provinham os bolseiros. É evidente que nesta classificação há distorções, por exemplo, um engenheiro do Instituto Superior Técnico que tenha feito um estágio em Física em Paris, a sua bolsa vai aparecer classificada na área de Engenharia e não de Ciências (o mesmo acontece para a Química). Situações análogas acontecerão para a área da Biologia (Ciências) e a Medicina ou Engenharia Agronómica.

Consultando os relatórios produzidos pela JEN entre 1929 e 1936, pode elaborar-se, para as estadas no estrangeiro, o número de prorrogações de bolsas versus área científica, o que se apresenta no Tabela III. Neste quadro, onde se expõe os pedidos de prorrogação, é possível fazer sobressair a relação entre o número de bolseiros numa determinada área científica e o número de anos em que gozaram bolsa. Nas listas de bolseiros publicadas nos relatórios da JEN, constam também aqueles que desistiram da bolsa, no apuramento efetuado estes não foram considerados. O número de bolsas concedidas pela JEN, dado que habitualmente é publicitado,

¹⁷ (COSTA, 1934: 27)

¹⁸ É importante chamar a atenção para o seguinte: os dados numéricos expostos neste trabalho poderão, em um ou outro pequeno pormenor, ser passíveis de algumas pequenas correções mediante a consulta dos processos individuais de todos os bolseiros. Tais correções, a existirem, não invalidam a análise e conclusões aqui expostas.

não corresponde efetivamente ao número de bolsеiros contemplados, na medida em que há bolsеiros que auferem mais do que uma bolsa (ou várias prorrogações). Assim, tal como se mostra no Tabela III, para um total de 303 bolsas para o estrangeiro, só há 148 bolsеiros...

Da leitura desta tabela (Tabela III) podem retirar-se outras conclusões. No período em consideração, aproximadamente metade dos bolsеiros para o estrangeiro (47,9 %) só obteve uma bolsa num ano e não teve qualquer prorrogação (ou não se candidatou ou não viu aprovado o seu pedido, matéria que ainda se pode aprofundar); das áreas científicas consideradas, a área com maior número de bolsеiros foi a medicina (28,4 %), seguindo-se-lhe letras (21,6 %) e ciências (15,5 %).

Tabela III

Área Científica	número de anos de bolsa						(núm. bolsеiros)	número Bolsas
	1	2	3	4	5	6	Total	
Ciências	6	2	5	4	6		23	71
Direito	0	3			1		4	11
Engenharia	4	3	2	2			11	24
Eng/agron.	8	2	4	1			15	28
Farmácia	2						2	2
Letras	20	7	1	3		1	32	55
Medicina	19	14	5	1	2	1	42	82
Pedagogia	9	4	2	1			16	27
Veterinária	1						1	1
n/classif	2						2	2
TOTAL	71	35	19	12	9	2	148	303

Continuando a analisar os números expostos na mesma tabela, ainda se conclui o seguinte: tendo em conta os bolsеiros que obtiveram duas ou mais bolsas (maior número de prorrogações), a área mais contemplada foi a de medicina (15,5 %) seguindo-se-lhe ciências (11,5 %) e letras (8,1 %); destas três áreas acabadas de mencionar, aquela que teve uma percentagem maior de bolsеiros com mais do que duas prorrogações foi a área de ciências (10,0 %) contra 6,0% em medicina e 3,4 % em letras. No caso das engenharias, o número de bolsas distribuiu-se quase equitativamente pela Engenharia Industrial (Instituto Superior Técnico e Faculdade de Engenharia do Porto) e Engenharia Agronómica (Instituto Superior de Agronomia).

Nas primeiras engenharias, os bolsеiros com maior número de prorrogações foram fazer os seus estágios em Física, em Química e em Aeronáutica (dois bolsеiros durante 33 e 38 meses na Alemanha com prorrogação para o ano seguinte). Na Engenharia Agronómica, os bolsеiros com uma ou mais prorrogações distribuíram-se por vários domínios científicos, sendo a Genética aquela que concitou maior número de estagiários (dois).

Das três áreas mais privilegiadas na atribuição de bolsas (Ciências, Letras e Medicina) é possível calcular o valor médio do número máximo de meses atribuído a cada tipo de bolsa, entendendo-se como tipo de bolsa o número de prorrogações. Também os relatórios anuais da JEN permitem elaborar uma tabela com estes resultados (Tabela IV).

Área Científica	número de anos de bolsa					
	1	2	3	4	5	6
Ciências	5,3	7,5	32,8	35,8	42,3	0,0
Letras	5,3	15,1	16,0	37,3	0,0	44,0 ¹⁹
Medicina	4,9	10,6	15,0	21,0	34,5	31,0

São os estagiários provenientes de Ciências que, em percentagem, têm um maior número de prorrogações (4, 5 e 6 anos) e é também neste grupo que se encontra, em média, o maior número de meses gastos em bolsa (42,3 meses em cinco anos). É ainda neste grupo que se encontram o maior número de bolsеiros que obtiveram doutoramento nas Universidades em que realizaram os estágios. Nas outras áreas científicas fizeram-se estágios prolongados, e com bastante aproveitamento (letras e medicina, por exemplo), mas os doutoramentos que daí poderiam ter resultado, ou resultaram, foram feitos na sua grande maioria em Portugal, nas escolas donde provinham os bolsеiros.

¹⁹ Foi o caso de Manuel Paiva Boléo, licenciado em Filologia Românica, que fez um estágio de seis anos em Hamburgo, doutorando-se em 1937 na Faculdade de Letras de Coimbra.

Na área das Ciências (estagiários provenientes das três Faculdades de Ciências nacionais), dos 13 bolseiros que auferiram bolsas de duração superior ou igual a 3 anos, de forma contínua, 8 realizaram o seu doutoramento na universidade onde estagiaram – 2 em Química, 1 em Matemática, 4 em Física e 1 em Biologia. É importante sublinhar esta última conclusão dos dados disponibilizados pela JEN e que evidencia, por parte destes bolseiros, a obtenção de um «estatuto de investigador» (ou de cientista profissional) que só o doutoramento em universidades de prestígio científico poderia assegurar. As Faculdades de Ciências portuguesas ministravam o ensino das Ciências Naturais e Matemática (incluía-se neste conjunto todas as disciplinas propedêuticas desta área lecionadas aos estudantes de outras faculdades, a física médica é um exemplo muito citado) e, sob o ponto de vista académico, os seus licenciados eram essencialmente absorvidos pelo ensino liceal e técnico como professores. Nestas Faculdades não se formavam cientistas, isto é, pessoas que pelo seu grau de conhecimentos estivessem habilitadas a contribuir para o progresso do conhecimento científico. Para que tal acontecesse era necessário introduzir a prática da investigação como uma das componentes da profissionalização dos licenciados em ciências, o que não acontecia. É esta procura de «profissionalização», conquistando um diploma que os habilitasse para tal, que poderá justificar este percentagem superior (em termos relativos) dos bolseiros de Ciências.

O êxito relativo na formação dos bolseiros de ciências pode também considerar-se como um primeiro sucesso da proposta de Celestino da Costa apresentada à Comissão Executiva da JEN em 30 de março de 1930.

Na área de Engenharia Agronómica, dos 15 bolseiros que estagiaram no estrangeiro há que destacar que 14 fizeram-no nas áreas de preferência indicadas por Ruy Mayer. É importante mencionar que, entre 1930 e 1936, a distribuição do número de bolseiros pelas especialidade científica «preferenciais» foi a seguinte: Agrologia (2), Geobotânica (0), Química (3), Microbiologia (0), Culturas (1), Engenharia Agrícola (2), Zootecnia (2), Trematologia (2), Patologia Vegetal (2), Silvicultura (1).

Tabela V

Área Científica	número de bolsas							Total
	1929-30	1930-31	1931-32	1932-33	1933-34	1934-35 (31-12-1935)	até 31-12-1936	
Ciências	4	9	15	12	13	10	8	71
Direito	1	2	2	1	1	2	2	11
Engenharia	0	4	6	2	6	4	2	24
Eng/agron.	1	3	3	3	6	4	8	28
Farmácia	1	1	0	0	0	0	0	2
Letras	8	9	8	6	9	7	8	55
Medicina	11	14	9	8	12	13	15	82
Pedagogia	5	7	10	2	0	1	2	27
Veterinária						1	0	1
n/classif					1	1	0	2
Total	31	49	53	34	48	43	45	303

Se se observar o Tabela V, representação do número de bolsas para o estrangeiro atribuídas em cada ano letivo e para as diferentes áreas, verifica-se que a área científica da Pedagogia obteve cerca de 8,9% do total de bolsas, praticamente o mesmo que a Engenharia Agronómica; ao longo dos sete anos de atividade da JEN este domínio sofre, a partir do ano letivo de 1933-34, um decréscimo acentuado no número de bolsas atribuídas, o que não acontece com as outras áreas mais contempladas. Este facto pode ter ficado a dever-se à conjugação de dois fatores: aperto orçamental e um certo endurecimento na linha política dos adeptos do Estado Novo em relação a alguns resquícios de ideário republicano, em particular a importância dada à componente da formação pedagógica.

As bolsas de estudo no país (... e uma primeira desavença)

Desde o seu primeiro ano de atividade que a direção da JEN procurou cumprir um dos seus objetivos:

«(...) *Concessão de Bolsas de estudo no País aos investigadores* que sejam incorporados ou já trabalhem nos referidos centros e que apresentem *curriculum vitae* demonstrativo de passado valioso de investigador. (Estas bolsas só podem ser concedidas por pequenos períodos – em geral um ano – e são renovadas quando se tenha demonstrado que se executou trabalho apreciável durante o tempo em que foi recebido o subsídio da Junta. Aos bolsеiros é exigido o compromisso escrito de não exercerem outras funções lucrativas incompatíveis com a dedicação e a continuidade de esforço que o ensino e a investigação requerem) (...)».²⁰

Tal como se fez para as bolsas no estrangeiro, os relatórios produzidos pela JEN entre 1929 e 1936, contêm a informação relevante quer para a distribuição das bolsas quer para os bolsеiros que as auferiram²¹. Adotando os mesmos critérios de classificação das bolsas para o estrangeiro, elaboraram-se duas tabelas (Tabela VI e VII) que permitem sintetizar a informação estudada.

Do Tabela VI (número de bolsas por área para os diferentes anos letivos) conclui-se que, no total de 189 bolsas distribuídas, 63,5 % correspondiam a prorrogações, enquanto que o restante (pouco mais de um terço) eram atribuídas a bolsеiros pela primeira vez (bolsas novas). Deste mesmo quadro pode concluir-se que a área das ciências era a mais contemplada (38,1 %), seguindo-se medicina (32,8%) e letras (22,2%); esta tendência mantém-se no caso das prorrogações de bolsa, enquanto que para o número de bolsas atribuídas pela primeira vez, ciências possui a maior percentagem (39,1%) seguida de letras (28,9%) e depois medicina (24,6%). As áreas de direito, engenharia, farmácia e veterinária são absolutamente residuais, o panorama nestes primeiros anos é semelhante, em termos relativos, ao que se passa com as bolsas para o estrangeiro.

Confrontando-se os dados de cada bolsеiro nos diversos relatórios, é possível concluir que, tal como aconteceu com as bolsas para o estrangeiro, as 189 bolsas atribuídas só contemplaram 69 bolsеiros, na medida em que uma boa parte do seu número corresponde a prorrogações. É o que está sintetizado no Tabela VII. Também aqui se mantém a tendência de as três áreas com maior número de bolsеiros serem, em primeiro lugar Ciências, seguida de Letras e Medicina. Deve enfatizar-se que o número de bolsеiros contemplados com bolsas internas nestas três áreas científicas é

²⁰ (JUNTA, 1930: 12)

²¹ Também se deve ter presente o referido na nota 18.

92,7%, enquanto que o valor equivalente para os bolseiros no estrangeiro é de 65,5%. Se se considerar os casos de bolsas correspondentes a três ou mais anos, Ciências mantém a maior percentagem (18,8%), seguida de muito perto pela Medicina (15,9%), ficando Letras com 7,2%. Só em Ciências e Medicina há prorrogações permanentes ao longo de seis anos, sendo o valor máximo de meses da bolsa 57 e 64, respetivamente.

Tabela VI

ÁREAS	Tipo de Bolsa	1928-29	1929-30	1930-31	1931-32	1932-33	1933-34	1934-35	Totais
Ciências	novas		8	4	1	4	3	7	27
	prorrogáveis			7	11	11	8	8	45
Direito	novas		1						1
	prorrogáveis			1					1
Eng.	novas					2			2
	prorrogáveis						2	2	4
Farmácia	novas		1						1
	prorrogáveis			1	1	1			3
Letras	novas		5	2	1		4	8	20
	prorrogáveis			4	4	5	3	16	22
Medicina	novas		5	9		1	1	1	17
	prorrogáveis			5	12	10	9	9	45
Veterinária	novas							1	1
	prorrogáveis								0
Total	novas		20	15	2	7	8	17	69
	prorrogáveis		0	18	28	27	22	25	120
			20	33	30	34	30	42	189

No caso de Ciências a disciplina que beneficiou das bolsas mais longas (57 e 55 meses) foi a Zoologia (4 bolsas no total – 2 para Lisboa, uma para o Porto e outra para Coimbra). Quanto à Medicina, as disciplinas que beneficiaram de bolsas mais longas (57, 59, 63 e 64 meses) foram respetivamente a Histologia (Coimbra), a Anatomia Patológica (Lisboa), a Anatomia (Porto) e a Histologia (Lisboa). As áreas das Ciências Naturais, em particular os naturalistas ligados aos museus de História Natural e da Medicina foram as mais beneficiadas com bolsas no país temporalmente

mais extensas. Esta conclusão corresponde ao defendido nos pontos IX e X da proposta de Celestino da Costa.

Tabela VII

Área	Número anos de bolsa						Nº bolseiros
	1	2	3	4	5	6	
Ciências	9	5	6	2	2	3	27
Direito		1					1
Engenharia			2				2
Farmácia				1			1
Letras	10	5	0	3	2	0	20
Medicina	3	3	2	1	6	2	17
Veterinária	1						1
Total	23	14	10	7	10	5	69

Ainda sobre estas bolsas, é importante perceber que elas constituíam uma espécie de complemento ao salário, permitindo deste modo uma maior dedicação à investigação por parte do bolseiro contemplado. A Comissão Executiva reservava cerca de 15% do seu orçamento anual para este tipo de bolsas²², contudo os orçamentos da JEN eram bastante limitados e ficavam muito aquém daquilo que o país precisava. Também nas bolsas internas, tal como nas do estrangeiro, havia uma renovação, quase sistemática, destes pedidos o que, pela exiguidade orçamental, impedia a sua atribuição a um número crescente de diferentes bolseiros – em média havia trinta bolsas atribuídas anualmente e a maioria, aproximadamente dois terços, correspondia a prorrogações. A atribuição destas prorrogações ficava a dever-se a critérios científicos estabelecidos pela Comissão Executiva. Perante a situação de exiguidade de fundos, esta Comissão terá tentado, justificadamente, um reforço orçamental. Sobre a resposta do ministro da tutela²³ a esta pretensão, pode ler-se na Ata da reunião de 9 de Outubro de 1934:

²² (FITAS, 2012)

²³ Manuel Rodrigues, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, ministro de 29/6/34 a 22/17/34, autor do despacho com a data de 24 de Setembro.

«(...) aprovada a Ata da sessão anterior, o secretário geral interino participa que S. Ex.^a o Ministro não havia caucionado a concessão de onze bolsas no país (...) entende S. Ex.^a o Ministro que as bolsas no País devem ser sujeitas a um certo «roulement», e que, assim, os bolsеiros que as vêm usufruindo há quatro anos ou mais devem deixar de receber subsídio da Junta. O critério da Junta é diferente, as bolsas no País são bolsas de remuneração diferencial que devem ser mantidas enquanto os bolsеiros as não desmerecerem e enquanto as continuarem merecendo. As bolsas cortadas pela aplicação do critério de S. Ex. o Ministro [segue a lista dos bolsеiros não contemplados] (...) são assim atingidos os nossos investigadores de maior renome (...)»²⁴.

Isto é, o Ministro não só não responde cabalmente ao pedido de ampliação orçamental, como vai por em causa a própria política de atribuição do bolsas da Comissão Executiva da JEN. E é sobre esta matéria que vai acontecer um embate sério entre o Governo (ou um membro do Governo, o ministro da tutela) e os órgão diretivos da Junta, ferindo aquilo que o decreto fundacional da JEN considerava ser um pilar da sua ação, a garantia de «autonomia» – foi este choque que se designou por «uma primeira desavença». A reação da Comissão Executiva à resposta do ministro provocou «um choque melindroso entre a JEN e Ministério de Instrução Pública, levando inclusivamente à suspensão de todas as bolsas no país por ordem»²⁵ do ministro, não o que propusera o «roulement», mas o seu sucessor²⁶. A este endurecimento ministerial, reagiram todos os elementos da Comissão Executiva da Junta e, em especial, o seu Presidente, Celestino da Costa²⁷, talvez a personalidade científica mais prestigiada e mais empenhada no funcionamento da JEN, que respondeu ao Ministro, expondo a situação numa carta que enviou à Assembleia Geral. Nesta missiva, reitera o plano de atribuição de bolsas que vinha sendo posto em prática, de acordo com os regulamentos aprovados, argumentando ainda sobre a justeza dos critérios aplicados pela Junta. Na mensagem do Presidente

²⁴ (AIC-LA: reunião de 9 de outubro de 1934).

²⁵ (ROLLO, 2012: 98)

²⁶ É agora o novo ministro Eusébio Tamagnini de Matos da Encarnação, professor da Faculdade de Ciências de Coimbra, que tomara posse de 23/10/34, que exara um novo despacho (15/11/1934), produzindo a suspensão e pondo em causa os critério da JUNTA.

²⁷ Augusto Celestino da Costa era Presidente da JEN desde 30 de maio de 1934.

«(...) era evidente o receio de Celestino da Costa quanto ao futuro da Junta e à modalidade a adotar, ou antes, a impor pelo Estado, no quadro de concessão das Bolsas(...)»²⁸.

Por outras palavras, o embate prenunciava uma clara ingerência do ministério (governo) na autonomia da Junta, um atributo que até aí tinha sido respeitado. A Assembleia Geral realizada a 26 de Novembro de 1934 apoia a posição da Comissão Executiva e exprime a sua posição numa moção em que nos dois primeiros pontos se escreve o seguinte:

«(...) 1º Declarar-se de acordo com a Comissão Executiva quanto à orientação seguida por esta na distribuição de bolsas de estudo no País; (...) 2º Que a Comissão executiva, manifestando ao senhor Ministro a sua boa vontade em cumprir o despacho de sua Excelência, se entenda com ele sobre a melhor maneira de resolver o assunto e, sendo preciso, sugira a publicação de um novo diploma legal que, torne mais eficiente a acção da Junta quanto à concessão de bolsas no país, respeitando sempre a sua indispensável autonomia pedagógica, científica e administrativa (...)»²⁹.

Os receios de Celestino da Costa não eram infundados, pois, politicamente tudo se preparava para um cerco cada vez maior à tão reclamada «autonomia» da Junta³⁰. Que se saiba, o ministro manteve o seu despacho, isto é, não alterou a sua posição e na 85ª reunião da Comissão Executiva, o Presidente informou que o ministro «concordou com o restabelecimento das bolsas de que eram titulares [segue-se o nome de alguns bolseiros que tinham sofrido a negação da prorrogação de bolsa]»³¹. Cerceava-se o uso da autonomia por parte dos cientistas que dirigiam a JEN, o que poderia ser premonitório das alterações importantes, na natureza e estrutura deste organismo, que se preparavam...

Esta primeira desavença (o tema era mais sério que uma simples discórdia ou desinteligência) que envolve dois ministros, ambos com uma ampla experiência dos claustros universitários, Manuel Rodrigues e Eusébio Tamagnini, poderá permitir uma conjectura e que é a seguinte: quando o primeiro dos ministros anteriores não

²⁸ (ROLLO, 103)

²⁹ (AIC-LA; reunião de 26 de novembro de 1929).

³⁰ Sobre este episódio, consultar (ROLLO, 2012).

³¹ (AIC-LA: reunião de 18 de junho de 1935).

ratifica a proposta da comissão executiva da Junta e propõe um «certo roulement», poderia estar, eventualmente, a veicular alguma insatisfação manifestada por outros universitários nos «corredores» das faculdades e nas antecâmaras do poder (o meio académico na altura já se encontrava polarizado politicamente e, numa ampla generalidade, defendia o *stato quo* nas suas práticas de ensino)³² quanto aos critérios de atribuição de bolsas; também não é de crer que a maioria dos professores nas diversas faculdades das universidades portuguesas fosse positivamente sensível a subvenções salariais que premiassem uma maior e melhor qualidade da investigação científica universitária, os salários eram baixos e todos se achavam no direito de usufruir do complemento salarial que era a bolsa; quando o segundo ministro, Tamagnini, fundamenta a suspensão, contrariando o projeto da Junta em criar a «diferenciação salarial» para quem era cientificamente mais ativo, estava, no fim das contas a apoiar uma corrente de universitários que contrariava o que, no dizer de Celestino da Costa, se pretendia como um dos atributos da sua atividade, «ampliar os conhecimentos e fazer avançar a ciência»³³; por outras palavras, uma parte da universidade portuguesa demarcava-se do projeto levado à prática pela Junta de Educação Nacional e o governo sentia-se no direito de interferir nas decisões da Junta. Uma interferência que levaria Abel Salazar, em meados de 1935, numa carta para Celestino da Costa, a escrever: «O dr. Athias disse-me que a Junta já não é livre, e que está nas mãos do governo e da política (...)»³⁴.

Algumas conclusões possíveis

Estando este trabalho limitado à prática de atribuição de bolsas, quer internacionais quer nacionais, e não analisando os resultados que dizem respeito a outras rubricas importantes de atividade da JEN (subsídios a Centros, laboratórios, idas a congressos, publicações) pode, pelo que anteriormente se expôs, extrair-se algumas conclusões.

³² Relembrem-se, no princípio da década de trinta, dois episódios: a resposta do claustro universitário às conferências dos bolseiros da JEN promovidas pelo O SÉCULO; a reação dos professores da Universidade de Coimbra a um artigo no jornal a Voz da Justiça da Figueira da Foz, intitulado «A crise da Universidade» da autoria de Lobo Vilela.

³³ (JUNTA, 1930a: 11)

³⁴ (SALAZAR, 2006: 148)

Uma das conclusões mais relevantes é que o relatório elaborado pelo Prof. Augusto Celestino da Costa constituiu, na prática, o programa de ação que vai suportar, no essencial, o plano de trabalho da Junta. Conclusão que é confirmada pelos resultados das atribuições de bolsas, assim a política de incentivo a «estágios prolongados fora do país» nas áreas das ciências fundamentais deu os seus frutos. Foram os estágios em Física, Química, Matemática e Ciências Naturais que obtiveram um maior número de prorrogações e, conseqüentemente, foi este grupo que obteve o maior número de doutoramentos nas Universidades em que realizaram os estágios. Este último facto atesta que os estagiários em Ciências esforçavam-se por conquistar um «estatuto de investigador» (ou de cientista profissional) que só o doutoramento em universidades de prestígio científico poderia assegurar. Resultado que correspondia a uma linha de orientação defendida por Celestino da Costa: intensificar a investigação e a formação de pesquisadores nos domínios das ciências fundamentais. Este vetor da ação da Junta também é confirmado pela atribuição das bolsas internas cuja política de prorrogações (ou de maiores apoios) incidiu sobretudo nas áreas das Ciências Naturais, em particular nos naturalistas ligados aos museus de História Natural, e na Medicina, onde já existia alguma estrutura de investigação instalada, «laboratórios que, dando já garantias de produtividade, bem demonstrada pelos trabalhos já feitos», foram mais beneficiados com este tipo de bolsa. Contudo, no geral, o maior número das bolsas no país foi atribuído à área científica das Ciências, onde se destacavam a Física, a Química e as Ciências Naturais. Houve também a preocupação de atribuir estas bolsas aos ex-bolseiros no estrangeiro que regressavam ao país e pretendiam empenhar-se na investigação em que se haviam especializado. Assumia-se claramente que estas subvenções correspondiam a um complemento salarial conducente a uma maior dedicação à investigação, outra das bandeiras insistentemente hasteada por Celestino da Costa.

Uma outra conclusão que parece sobressair está relacionada com as áreas das engenharias ou com o plano apresentado por Rui Mayer, vogal da Junta e professor do Instituto Superior de Agronomia: os estágios no estrangeiro neste domínio científico parecem ter sido planificados de acordo com as necessidades existentes e indicadas por este especialista. Embora Agostinho de Campos tenha procurado, em reuniões dos órgãos da Junta, sistematizar alguns pontos fulcrais de intervenção deste organismo em matérias ligadas com a «educação colonial», parece que neste domínio a intervenção da Junta foi muito pouco orientada. Mesmo em matérias de agronomia colonial os resultados são, à partida, pouco relevantes.

Ainda uma última conclusão que, tendo em conta o contexto político nacional da época, é de grande importância: o plano de intervenção da Junta, pensado e

levado à prática pela sua Comissão Executiva, vai provocar um primeiro embate com o ministro da tutela, um embate prenunciador de mudanças e desacordos quanto ao desenvolvimento da investigação no país. Este embate talvez se possa considerar premonitório do fim da Junta ou da sua transformação num outro organismo (IAC pela lei de 11 de abril de 1936) muito mais tutelado pelo governo em exercício.

Referências Bibliográficas

- COSTA, A. Celestino da (1934). *A Junta de Educação Nacional*. Lisboa
- FITAS, A.J. Santos (2012). A «JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL» e a instalação da investigação científica em Portugal no período entre guerras. In A.-J. SANTOS Fitas et. al (ed.). *A atividade da Junta de Educação Nacional*. Lisboa: Caleidoscópio, 13-36.
- INSTITUTO para a Alta Cultura (1936). *Relatório dos trabalhos efectuados em 1936*. Coimbra
- JUNTA de Educação Nacional. (1929). *RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1929*. Lisboa.
- JUNTA de Educação Nacional. (1930). *RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1929-1930*. Lisboa.
- JUNTA de Educação Nacional. (1930a). *RELATÓRIOS, PROPOSTAS E PROJECTO DE ORÇAMENTO para o ano económico de 1930-1931*. LISBOA
- JUNTA de Educação Nacional. (1932). *RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1930-1931*. Lisboa.
- JUNTA de Educação Nacional. (1933). *RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1931-1932*. Lisboa.
- JUNTA de Educação Nacional. (1934). *RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1932-1933*. Lisboa.
- JUNTA de Educação Nacional. (1935). *RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1933-1934*. Lisboa.
- JUNTA de Educação Nacional. (1938). *RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1934-1935*. Lisboa.
- ROLLO, Maria Fernanda, Queiroz, Maria Inês, Brandão, Tiago e Salgueiro, Ângela (2012). *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX (da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: I. Camões /INCM.
- SALAZAR, Abel (2006). *96 cartas a Celestino da Costa* (organização, introdução e notas de António Coimbra). Lisboa: Gradiva.